

Pensar o campo baiano a partir da pesca artesanal: relações e possibilidades

Ednizia Ribeiro Araujo Kuhn
Instituto Federal de Brasília
ednizia@ifb.edu.br

Guiomar Inez Germani
Universidade Federal da Bahia
guiomar@ufba.br

Resumo:

Apresenta-se como objetivo principal deste trabalho a análise da produção do espaço e da territorialização dos pescadores artesanais na terra e na água, focado na localidade de São Francisco do Paraguaçu, situada no município de Cachoeira, Recôncavo Baiano. Com esta análise, propõe-se identificar elementos que levem à compreensão da dinâmica e diversidade do campo baiano. O conjunto de situações que emergem da análise dos pescadores artesanais torna-se possível de ser estudada através do aporte teórico-metodológico da Geografia, pois trata-se de uma especificidade territorial que desencadeia um processo de formação de territórios articulados (terra e água) que é muito complexo, envolvendo uma gama muito grande de agentes, interesses e conflitos. Diante desta problemática, são analisadas as estratégias vivenciadas pelo grupo social para a consolidação da sua territorialidade. Evidenciam-se, deste modo, as problemáticas e as contradições que envolvem os pescadores artesanais, o que justifica a realização de estudos e pesquisas que contribuam para a compreensão deste fenômeno econômico, social e cultural que se constitui a pesca artesanal.

Palavras-chave:

Pescador artesanal, Geografia, terra e água, território.

Introdução:

Refletir sobre o significado da Geografia e do seu objeto de estudo, qual seja, o espaço geográfico, não é das mais simples tarefas. Ao longo do desenvolvimento do pensamento geográfico, muitos teóricos empreenderam tal jornada, dedicando-se, primeira e mais frequentemente, à definição da Geografia e, tardiamente, à definição do seu objeto (SANTOS, 2008b). Nesse sentido, de maneira direta, pode-se afirmar que a Geografia é compreendida como uma Ciência Social que se debruça sobre a análise da sociedade objetivada pela sua organização espacial e pela produção do espaço.

Assim, o espaço geográfico emerge como sendo o objeto de estudo e objetivo de entendimento da Geografia. Entretanto, Milton Santos (2008b) argumenta que a definição do objeto da Geografia é uma tarefa bastante árdua, já que, segundo ele:

[...] a noção de espaço, todavia, cobre uma variedade tão ampla de objetos e significações – os utensílios comuns à vida doméstica, como um cinzeiro, um bule, são espaço; uma estátua ou uma escultura, qualquer que seja a sua dimensão, são espaço; uma casa é espaço, como uma cidade também o é. Há o espaço de uma nação [...]; há o espaço terrestre, da velha definição da Geografia; e há, igualmente o espaço extraterrestre, recentemente conquistado pelo homem, e, até mesmo o espaço sideral, parcialmente um mistério. (SANTOS, 2008b, p. 150).

Mas da mesma forma que M. Santos sinaliza no seu livro, o espaço que interessa ser considerado nesta pesquisa é o espaço social. Nesse sentido o autor afirma que o espaço se apresenta como sendo uma instância da sociedade, ou seja, como algo que se impõe a tudo e a todos, que contém e é contido por todas as outras instâncias, como a econômica e a ideológica-cultural. Sobre a definição de espaço, ele propõe:

Isto quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. (SANTOS, 2008b, p. 12).

Isso significa que uma análise que se proponha a ser geográfica, precisará considerar o espaço em suas mais diversas perspectivas, mas precisará, principalmente, entendê-lo como o resultado da relação entre sociedade e natureza, relação esta mediada pelo trabalho e pelas técnicas. “O espaço é morada do homem, é o seu lugar de vida e de trabalho” (SANTOS, 2008b, p. 151). Tal compreensão leva ao entendimento de que a produção e a reprodução do espaço são atos indissociáveis (SANTOS, 2008b).

Nesse sentido, os pescadores artesanais constituem-se como um grupo social que no ato de produzir agem, concomitantemente, na produção do espaço. Uma vez que esta se dá sob a égide do Modo de Produção Capitalista, que tem em seu âmago a necessidade de produção de valor, a valorização do espaço aparece como elemento relevante na análise do espaço

geográfico em geral e, em particular, do espaço geográfico produzido pelos pescadores artesanais. Moraes e Costa argumentam que:

A relação sociedade-espaço é, desde logo, uma relação valor-espaço, pois substantivada pelo trabalho humano. Por isso a apropriação dos recursos próprios do espaço, a construção de formas humanizadas sobre o espaço, a perenização (conservação) desses construtos, as modificações, quer do substrato natural, quer das obras humanas, tudo isso representa *criação de valor*. (MORAES; COSTA, 1999, p. 123).

Assim, o espaço está em constante processo de valorização. Entretanto, os valores do/no espaço diferenciam-se. De modo geral, a própria existência social valoriza o espaço. Assim enquanto instancia social, ou seja, se impondo a tudo e a todos, o espaço terá sempre o seu valor de uso. Ao valor de uso contrapõe-se ao valor de troca. E o que rege, o que dá o tom dessa diferenciação é a lógica dos grupos sociais.

Os pescadores artesanais são entendidos nesta pesquisa como formadores de um modo de vida particular, ou seja, como um grupo diferenciado no Modo de Produção Capitalista, que embora esteja inserido nesse sistema, possui outra lógica de relação/produção/apropriação do espaço. Para esse grupo social, o espaço possui valor de uso. A lógica que se contrapõe a esta é a lógica dos grandes agentes do capital, que vêem o espaço como valor de troca. E esse é o pano de fundo no qual é promovido o embate entre as distintas lógicas de relação/produção/apropriação do espaço geográfico.

A pesca artesanal é uma atividade que remonta aos primórdios da humanidade. Como atividade extrativa, ela antecede a atividade agrícola. Diegues coloca que a pesca é a última atividade humana de caça ainda realizada em grande escala (DIEGUES, 1983). Entretanto, atualmente, esta atividade insere-se numa dinâmica muito complexa, que envolve, principalmente, (a) os pescadores artesanais e suas organizações; (b) o Estado e suas diversas políticas públicas; (c) os grupos que promovem a pesca industrial e a aqüicultura; e (d) os proprietários fundiários.

Nesta pesquisa, parte-se do pressuposto que a pesca artesanal desenvolve-se articulando atividades em *terra* e *água*. Essa articulação em terra não se limita apenas à prática da agricultura, mas, historicamente, o acesso à água é mediado pelo acesso a terra. É difícil

pescar quando o pescador vive a quilômetros de distância do mar ou do rio. Assim, compreende-se que é a garantia do acesso a terra que garante o acesso à água.

Esta compreensão construiu-se a partir de contatos com pescadores de diferentes localidades e realidades distintas, como também na realização de pesquisas junto à literatura específica.

Em entrevista com um líder de um grupo de pescadores em Penedo (AL), em 2006, este afirmou:

O pescador sempre teve esse acesso à água e a terra, certo. Hoje eles não tão tendo porque os grandes projetos, os grandes projetos e também a prática dessa tecnologia que vem de cima para baixo, que ela devia nascer junto com as práticas dos pescadores, então tira o pescador da terra... Então o pescador tem que viver da água e da terra. Pescador não vive só dentro d'água, né, ele não é um peixe direto, né... Então o pescador tem esse direito de liberdade da terra, porque o pescador gosta muito, certo, ele gosta muito de saborear o peixe e como também saborear as coisa da terra. (Depoimento, Pescador artesanal de Penedo-AL – Pesquisa de campo, outubro de 2006).

Tal depoimento reflete a importância do direito à terra e à água não só para a reprodução das condições de existência dos pescadores, como também para a reprodução do seu modo de vida. Há mais situações que demonstram essa realidade como, por exemplo, o que ocorreu na época do fenômeno da Maré Vermelha na Baía de Todos os Santos (BTS), no início de 2007. Esse fenômeno provocou a morte de aproximadamente 50 toneladas de peixe na BTS, causando um enorme prejuízo para as comunidades que vivem da pesca e que foram afetadas pela Maré Vermelha. Na época, um pescador artesanal de Ilha de Maré, Salvador, relatou:

O que aconteceu com a Maré Vermelha? É um fato inédito, é por que nós só tinha a única saída do pescador e marisqueira, não é isso que vocês tão falando, só tinha o mar, só tinha o mar, e antigamente não era isso. (...) É porque os nossos antepassados, quem viveu no campo sabe da história, eu falo de Cachoeira, do sertão, de qualquer lugar, vim de onde vinha, se falar em cultivo e roça, ele não era uma coisa só. Ele tava no rio, rio e terra. Quem tava aqui no mar, mar e terra. Porque os nossos antepassados não tinham problema. Dava um temporal de quinze dias, ou tinha farinha pra fazer, tinha aipim pra comer, tinha fruta-pão pra comer, tinha mandioca, fazia farinha, com beiju com tudo e tinha criação. Lá em casa por exemplo era isso, nunca passamos, porque deu um temporal de um mês, ficar com fome. Negativo. Eles pescavam mas tinha alternativa. (Depoimento, Pescador artesanal de Ilha de Maré-BA – Pesquisa de campo, junho de 2007).

O relato do pescador chama atenção para uma situação de perda de articulação entre as atividades da terra e da água, ou seja, algo que acontecia no passado e agora não acontece

mais. Diegues também relata algo semelhante ao analisar a produção dos caiçaras no litoral paulista. Segundo ele:

Efetivamente, com a chegada da BR-101 às praias do Norte, famosas pela sua beleza, intensificou-se a especulação imobiliária, incluindo a violência e a coação física sobre os caiçaras que detinham a posse da terra, mas em geral não possuíam o título de propriedade. Pressionados pelos especuladores, alguns pequenos pescadores venderam suas casas e terras, vindo com a família para a cidade de Ubatuba, onde passaram a viver exclusivamente da pesca. (DIEGUES, 1983, p. 166).

Adam Smith (1723-1790), estudando a questão da composição entre renda e preço no século XVIII, ainda trás um relato de algo bastante significativo para a análise da questão da terra e da água para os pescadores artesanais. Smith descreve a seguinte situação:

Nas proximidades das Ilhas Shetland, quase sempre o mar tem peixes em grande abundância, que constituem grande parte da sobrevivência dos que ali moram. Todavia, a fim de auferir proveito desse produto da água, esses moradores *precisam ter uma moradia na terra vizinha*. (SMITH, 1996, p. 186) (Grifo nosso)

Muitos outros relatos e estudos podem ser somados aos apresentados nesta pesquisa, entretanto, o que se pode concluir é que a atividade de pesca artesanal está diretamente ligada às atividades em terra, seja para garantir acesso à água, seja para complementar renda ou mesmo para manter uma tradição que se exprime em um modo de vida particular. Isso equivale dizer que os pescadores sofrem a influência negativa da valorização capitalista do espaço, provocada por atividades como o turismo, que explora exatamente as áreas marginais de rio e mar. Também são influenciados pelo processo de concentração de terras que marca o Brasil e, historicamente, tem expulsado pessoas do campo para a cidade.

Nesse contexto, ao desafio de acesso à terra é acrescentado outro desafio para os pescadores artesanais: o acesso à água. O acesso à água vem sendo limitado pelo desenvolvimento de grandes projetos de aquicultura. A criação de peixes e camarões é uma das atividades que tem apresentado um crescimento expressivo no Brasil nos últimos anos. Tal atividade desenvolve-se nas áreas tradicionalmente usadas por pescadores artesanais e marisqueiras. A lógica empresarial da aquicultura entra em conflito com a lógica artesanal da

pesca e chama para a cena, novamente, a discussão do valor de uso e do valor de troca do espaço, neste caso o espaço aquático.

Neste sentido, o debate atualmente posto, especialmente por grupos que advogam a expansão da aquicultura, diz respeito ao caráter supostamente atrasado da pesca artesanal. Esse conjunto de idéias define a pesca como um estágio anterior à aquicultura, na qual esta é a evolução natural daquela. Esse debate encontra eco nas políticas públicas engendradas pelo Estado brasileiro e também pela ciência de modo geral, inserindo-se em uma discussão evolucionista e unilateral.

A visão do Estado revela o preconceito existente em torno da pesca artesanal. Desconsidera-se o seu papel cultural, de baixo impacto ao ambiente natural e sua importância econômica no que diz respeito à soberania e segurança alimentar, já que grande parte da produção artesanal é comercializada/consumida na escala local/regional. Desconsiderando tais questões, o Estado e a iniciativa privada alavancam a formulação de políticas e investimentos na atividade aquícola, levantando um falacioso discurso ideológico que consiste na integração do pescador artesanal com a aquicultura. Entretanto, aquicultura, definitivamente, não é política para pesca artesanal. Historicamente para os pescadores artesanais, o mar é um espaço de uso comum, apropriado por saberes construídos ao longo dos anos e das gerações. Portanto, na lógica da pesca artesanal, não podem existir cercas no mar, embora existam territórios construídos a partir do conhecimento do espaço marítimo.

As concepções anteriormente apresentadas levam ao entendimento da pesca artesanal de acordo com o que propôs Diegues:

Um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução do seu modo de vida (DIEGUES, 2004, p. 32).

Os conhecimentos que compõem o arcabouço da pesca artesanal diferenciam-se em função do sexo dos pescadores, da idade, do ambiente em que a pesca é praticada e das técnicas utilizadas na captura. Da mesma forma, alguns estudos fazem uma diferenciação entre pescador-lavrador e pescador artesanal (DIEGUES, 1983, 2004). Porém, para efeitos deste trabalho, considera-se pescador artesanal mesmo aquele que articula pesca e agricultura. Isso se dá em virtude dos pescadores assim se identificarem, ou seja, como pescadores artesanais,

e pelo fato deles utilizarem formas artesanais de captura de pescado. Considera-se que o que define uma pesca como sendo artesanal não é a exclusividade da atividade, mas a lógica que a sustenta.

Embora alguns setores classifiquem o pescador artesanal como um profissional, a exemplo do Estado através do Registro Geral da Pesca (RGP), neste trabalho, o pescador é compreendido para além de um grupo ocupacional ou de mera atividade econômica, mas como agente social de construção de um grupo politicamente organizado. Assim, de acordo com Almeida:

Mesmo que o termo permaneça o mesmo, ou seja, “pescador”, o seu novo significado, passa a incorporar uma expressão autônoma no processo produtivo e elementos identitários capazes de objetivá-los de maneira politicamente contrastante e organizada em movimento social (ALMEIDA, 2004, p. 22).

Por conseqüência desse entendimento, a pesca é compreendida não só como uma atividade de busca de peixe, mas como uma construção de relações sociais na terra e no mar, marcadas por identidade, mas também por conflitos e contradições, que envolvem não somente os grupos pesqueiros, mas outros tantos agentes sociais, com interesses divergentes. De modo que, como uma atividade de produção ela é, também, uma atividade de produção do espaço, já que produzir e produzir espaço são atos indissociáveis, segundo Milton Santos (1990b).

O caráter geográfico da compreensão de pesca e pescador artesanal permite ampliar o foco da análise e incorporar novas dimensões da construção dos espaços e territórios da atividade. O fato de compreender os pescadores, conforme Almeida (2004), como organizados em movimento social, aglutinados por uma identidade de luta e como agentes de produção do espaço, faz com que outras possibilidades se abram para os pescadores e para as Ciências, especialmente as Sociais e Naturais. De forma bastante coerente com a proposta desta pesquisa, Gonçalves argumenta:

Precisamos dar um passo adiante no debate que já vimos travando sobre a interdisciplinaridade e incorporamos outros saberes produzidos a partir de outras matrizes de racionalidade, que não são disciplinares. São outros saberes, que foram desenvolvidos por populações que, até aqui, desqualificamos como portadoras de conhecimentos até porque achávamos que devíamos levar nosso conhecimento superior. Com certeza, ao passarmos a respeitar suas matrizes de

racionalidade estaremos dando um primeiro passo para reconhecê-las como iguais, na sua diferença (GONÇALVES, 2001, p. 149).

É nessa perspectiva de valorização dos saberes oriundos de outras matrizes de racionalidade e da organização ou, como propôs Foucault (1999), da “insurreição dos saberes dominados” dos pescadores artesanais que o presente trabalho entende este grupo social, contando para tal entendimento com os aportes teóricos e metodológicos da ciência geográfica.

O diálogo de idéias e a metodologia da pesquisa em São Francisco do Paraguaçu:

Ser pescador artesanal é ser possuidor de um arcabouço de conhecimento que é histórica e culturalmente construído, geralmente transmitido de pai para filho, através dos tempos. Tais conhecimentos dizem respeito ao ciclo de vida dos peixes, seus ritmos e territórios; ao ritmo da água; às técnicas de pesca; aos ritmos do tempo; da lua. Mas, mais que isso, ser pescador artesanal é possuir uma lógica diferenciada na relação com a natureza.

Os pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu são caracterizados pela prática de várias atividades ligadas à sua sobrevivência econômica e cultural. Praticam, além da pesca, a mariscagem, a agricultura (na qual se insere também a criação de animais como bois, vacas, galinhas e porcos) e o extrativismo, especialmente da piaçava e do dendê.

Essa característica pluriativa pode ser percebida através da observação da sua rotina bem como pelos diálogos estabelecidos entre pesquisadora e pescadores. Tais diálogos se deram nas entrevistas, oficinas e conversas que tem se estabelecido desde 2006.

Durante as oficinas, foi solicitado que cada morador, por já se conhecer, apresentasse o outro companheiro, informando para o grupo o que ele era. Ao fazer isso, seria jogado um barbante, que faria a conexão do grupo. O objetivo desta atividade de abertura da oficina consistia em identificar a forma como o são franciscanos se vêem e ao mesmo tempo passar a idéia de interligação entre eles. Durante as apresentações, dos vinte e oito presentes na reunião, vinte e um apresentaram o companheiro o designando como praticante de mais de uma atividade. Dentre as mulheres prevaleceu “marisqueira e lavradora” e entre os homens prevaleceu “pescador, lavrador e mateiro (que é como os são franciscanos designam aqueles que extraem vegetais do mato)”.

Assim, a discussão sobre o que significa ser pescador artesanal em São Francisco do Paraguaçu não se limita à exclusividade na atividade pesqueira. Ela adquire outras dimensões, como a pluriatividade e as múltiplas identidades que são necessárias para o sustento do grupo e a manutenção do território.

Em relação às múltiplas identidades, cabe destacar que os pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu também se identificam como quilombolas. A adoção desta identidade provoca fragmentações neste grupo social, já que a identidade quilombola foi, por muito tempo, invisibilizada. Assim, o embate sobre ser ou não ser quilombola tem papel central na Comunidade e o conflito relacionado ao assumir da identidade quilombola é claramente estimulado pelos fazendeiros locais, inserindo a problemática no complexo e histórico processo de luta pela terra. Relatos históricos evidenciam a estreita relação existente entre os escravos e a pescadores. Fraga Filho descreve:

Não podemos esquecer que os engenhos eram dotados de recursos naturais, sobretudo matas e mangues, de onde os cativos podiam retirar parte dos gêneros de subsistência. Nos engenhos próximos ao mar, alguns escravos se especializaram na profissão de mariscador. Quando o cativo acabou, muitos deles continuaram ligados a essas atividades como alternativa ao trabalho nos canaviais [...], as atividades independentes poderiam abrir possibilidades de alcançar a alforria. (FRAGA FILHO, 2006, p. 40).

Esse relato mostra que desde a época da escravidão a água já figurava como um espaço livre para o grupo social, onde o acesso não era limitado pelo domínio de uma classe. Outros relatos ainda destacam que algumas formas de pesca encontradas na África também acontecem em algumas regiões do Brasil, como mostrou Diegues (2001). Ainda de acordo com Diegues (2004), alguns tipos de pesca no Brasil, como a pesca da baleia, fortemente desenvolvida no litoral da Bahia, São Paulo e Santa Catarina, foram realizadas utilizando mão-de-obra de escravos africanos. Ainda, especificamente na Bahia, foi muito marcante a presença africana como escrava, em especial, no Recôncavo Baiano. Esses fatores agregados levam a compreender a relação que existe entre as comunidades quilombolas e as comunidades pesqueiras, levando a conectar a associação da localização das comunidades quilombolas junto ao litoral, estuários e rios. Orienta também para o entendimento do fato de hoje várias comunidades quilombolas praticarem a pesca.

Nesse sentido, os moradores de São Francisco do Paraguaçu assumem a identidade de pescadores artesanais e cumprem com as prerrogativas institucionais de tal condição, como por exemplo, filiam-se à Colônia de Pescadores de Cachoeira – Z-52. O presidente da Colônia relatou que existem por volta de 150 pescadores de São Francisco filiados à referida Entidade. Os pescadores entrevistados também recebem auxílios relacionados à pesca, como o seguro defeso.

Muitos pescadores ainda preservam características de autonomia e valorização da lida com o mar. Seu Tiago, mestre de rede e notável conhecedor das artes de pesca, revela: “Nunca fui empregado, minha vida é o mar e a terra” (Pesquisa de Campo, outubro de 2008). Da mesma forma, a religiosidade, característica de comunidades tradicionais, também é um elemento marcante na definição da pesca artesanal. Assim, os moradores de São Francisco festejam a Iemanjá, com a oferenda de presente para a rainha das águas; fazem o cortejo de canoas; celebram a Semana Santa, com orações e um cardápio que exclui a carne vermelha, entre outras manifestações e rituais.

Estes comportamentos que misturam conhecimento e fé, tradição e inovação, medo e coragem, é o que sustenta a argumentação de que esse grupo social possui uma relação diferenciada com a natureza. Os pescadores de São Francisco do Paraguaçu inserem-se neste simples e complexo modo de conceber o espaço geográfico. De modo que, se o espaço geográfico é o fruto da relação entre sociedade e natureza, conforme foi discutido na sessão anterior, para as comunidades tradicionais que também desejam se inserir no mundo capitalista do consumo, a natureza não é o recurso. O recurso para essa inserção é o trabalho. É o trabalho, o orgulho do saber-fazer, que torna-se o meio de inserção no sistema capitalista. O trabalho livre e autônomo, não a apropriação da natureza e a sua transformação em recurso natural.

Da produção do espaço à formação do território:

A partir do estudo da organização da atividade pesqueira e da articulação dos pescadores artesanais, torna-se importante trazer estas problemáticas para o campo geográfico, tendo como eixo norteador a discussão do território. Entende-se o território enquanto uma categoria de análise da Geografia capaz de incorporar os interesses antagônicos dos agentes atuantes

em dadas frações do espaço, bem como as relações de poder que aí se estabelecem, como elementos centrais na análise do processo de territorialização dos grupos sociais.

Assim sendo, o território de São Francisco do Paraguaçu é entendido à luz dos conceitos como um espaço apropriado por um grupo social, que revela relações de poder e que incorpora outras dimensões de análise, como a dimensão econômica, política, cultural bem como uma relação diferenciada com a natureza.

Entretanto São Francisco do Paraguaçu apresenta uma característica bastante particular, aqui chamada de “territorialidade complexa”, que deriva da construção de um “território articulado”, ou seja, território que contém e articula ambientes de terra e água. Os depoimentos obtidos em campo expressam este fenômeno (Pesquisa de campo, outubro de 2008):

Labutei muito com pescaria e com roça. A rotina é assim: eu ia hoje na roça, de lá eu tinha que vim aqui na pesca, tomava a pescar, no mesmo dia. Aí ia lá pegava em marisco e a mulher dizia: bora na roça. Amanhã já fazia uma farinha, as vezes, num vinha. E aquela rotina de sempre não parar.

Entrevista, Seu Teodoro, São Francisco do Paraguaçu, 2008.

Esse depoimento ressalta de maneira interessante a articulação das atividades produtivas e também mostram como elas se transformam em uma questão cultural para o grupo social. No entanto, os limites dos territórios produtivos nem sempre são claramente definidos e eles obedecem a lógicas distintas. As atividades extrativas (de pescado e vegetal) obedecem ao limite colocado pelos recursos naturais, ou seja, os animais e as plantas. Estes limites também se relacionam com a capacidade de deslocamento dos extrativistas. Como desenvolvem a extração de plantas a pé e pescam em geral com canoas a remo, o deslocamento é limitado em virtude da força humana. Já os limites dos territórios de mariscagem são impostos pelo ecossistema do manguezal. As roças obedecem aos limites impostos pelos proprietários fundiários, caracterizando o conflito pelo uso da terra. Os proprietários fundiários também interferem nas áreas de manguezal e de extrativismo vegetal, colocando cercas nessas áreas e proibindo a entrada dos extrativistas. Somente a água, em São Francisco do Paraguaçu, ainda é um território de acesso livre.

Assim como as demais comunidades quilombolas do Recôncavo baiano e do Iguape, São Francisco formou-se no bojo da produção de açúcar, ou no chamado ciclo da

cana-de-açúcar. Inicialmente este grupo social formou uma comunidade autônoma no chamado Boqueirão. No Boqueirão, o grupo experimentou a liberdade ainda no período em que a escravidão era a ordem vigente.

O Boqueirão é um espaço terreno acidentado e de mata densa. Apresenta altitude maior do que o seu entorno, o que consistia em uma posição estratégica para a formação do quilombo. O ritmo de vida do grupo social ainda no Boqueirão consistia no desenvolvimento de atividades como a caça, o extrativismo vegetal e a pequena agricultura de subsistência. Eventualmente, a pesca. Durante a pesquisa de campo, na qual percorreu-se parte do território dos quilombolas, foi observado que não existem mais casas na área do Boqueirão. Apenas algumas árvores frutíferas como mangueiras e jaqueiras. A inexistência das casas explica-se pela fragilidade das técnicas e dos materiais usados na sua construção.

Cabe ressaltar que durante a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica não foi possível precisar exatamente as condições econômicas e sociais ou mesmo o período exato em que se formou o quilombo do Boqueirão. Mesmo o relatório antropológico do INCRA não esclarece estas questões (INCRA, 2007). Nesse sentido, as inferências aqui evidenciadas baseiam-se na memória dos mais velhos da comunidade e nos estudos de fontes pontuais de pesquisa.

Toda a problemática relacionada a atuação dos proprietários fundiários no território insere-se na discussão de como foi, historicamente produzido o espaço agrário no Brasil e também na Bahia. O espaço agrário brasileiro é caracterizado por uma apropriação desigual, conformando os latifúndios presentes em todas as partes do país.

O município de Cachoeira apresenta as características que marcam o espaço agrário brasileiro. Atualmente a situação fundiária do município pode ser visualizada na Tabela 1 que mostram a evolução do índice de Gini, segundo o Censo Agropecuário de 1920 a 1995/6.

Tabela 1: Evolução do Índice de Gini e da Estrutura Fundiária (1920 a 1995/6) - Cachoeira, Bahia

| Ano | 1920 | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1996 |
|-----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|------|-------|-------|-------|
| Índice de Gini | 0,871 | 0,815 | 0,915 | 0,852 | 0,876 | 0,62 | 0,854 | 0,879 | 0,895 |

Fonte: Projeto GeografAR, 2005

A análise dos dados revela que a concentração fundiária do município de Cachoeira continua elevada, assim como foi descrito por Fraga Filho (2006). Na virada do século XX para o Século XXI, 10 propriedades com mais de 500 ha ocupam 50,49% da área de Cachoeira, ao passo em que 1428 propriedades com até 10 ha ocupam uma área correspondente a 8,63% do território total do município.

Os dados do INCRA (2007) apontam que, entre as três propriedades que estão no grupo de área entre 2000 e 5000 há no município de Cachoeira, uma delas é a Fazenda Alamão, em nome da Empresa Brasileira de transporte e Minérios Ltda. Essa propriedade possui 2613,2 há e pertence ao político baiano Marco Medrado. A família Diniz é proprietária da Fazenda Engenho Velho, com 528 ha de terras. O somatório de terras em nome de integrantes da família Santana resulta em, aproximadamente, 500 ha. Todas essas propriedades encontram-se situadas na área do quilombo de São Francisco do Paraguaçu.

A grande contradição que esses dados expressam pode ser compreendida a partir da análise das distintas lógicas de apropriação do espaço, ou seja, o espaço como valor de uso e o espaço como valor de troca. Neste, a natureza (a terra) torna-se mercadoria dentro da lógica capitalista e passa a suscitar o conflito e a violência para manter sua posse, quando não mais é possível manter a relação de sujeição dos grupos dominados. O conflito é inerente às distintas lógicas de relação/produção/apropriação do espaço/natureza. E eles, os conflitos, manifestam-se tanto na terra quanto na água.

São Francisco do Paraguaçu é um espaço privilegiado do ponto de vista do uso e da troca por possuir esses dois ambientes, terra é água. Como área de estuário, na qual desemboca o Rio Paraguaçu (rio que deu nome à área de estudo desta pesquisa), constitui-se uma área em que a mistura de água doce do rio com a mistura da água salgada da Baía de Todos os Santos forma um ambiente caracterizado pela presença de animais e vegetação típicos, a citar o ecossistema manguezal. O nome Paraguaçu deriva do tupi *Paraguassu*, que quer dizer mar grande. Este rio traz consigo uma grande quantidade de sedimentos que enriquecem as águas do lagamar do Iguape e sustenta a biodiversidade, a riqueza biológica do lugar.

O estuário do Iguape, por suas características naturais, sustenta social, econômica e culturalmente as populações que vivem na beira do lagamar. Assim, as dimensões do território

economia, política, cultura e natureza (E-P-C-N), descritas por Saquet (2006) aparecem como indissociáveis no entendimento do território de São Francisco do Paraguaçu.

As condições naturais da área usada pelos moradores de São Francisco do Paraguaçu encontram relativamente bem preservadas. O manguezal presente neste espaço tem grande importância para a comunidade. Ele é a faixa de transição entre a terra e a água, berçário de inúmeras espécies de camarões, mariscos e peixes, advindo daí a sua importância social, econômica e natural.

No entanto, a situação de conflito estabelecido em São Francisco do Paraguaçu faz com que o acesso aos espaços produtivos do território seja limitado pelos fazendeiros da área. As cercas nas áreas de manguezal, embora ilegais segundo a legislação brasileira, estão presentes no território. Isso significa que quando a maré enche, as marisqueiras e pescadores precisam, ou atravessar por dentro da área inundada ou pular a cerca para passar. Ambas as situações impõem limites ao uso do território.

Essa situação do território de São Francisco do Paraguaçu remete à problematização de quais são os agentes que dominam ou influenciam o referido território. Essas questões são fundamentais na delimitação de um território e o colocam, acima de tudo, como um campo de forças, onde as relações de poder estabelecidas configuram-se como desiguais. Os sujeitos do território de São Francisco do Paraguaçu, ou seja, os pescadores e fazendeiros, travam uma luta cotidiana pela constituição de um território autônomo.

Referências:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização, movimentos sociais e uso comum. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Vol. 6. N. 1. ANPUR, 2004, p 9-32.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004.

FONSECA, Fernando Luiz da. **Santo Antonio do Paraguaçu e o Convento de São Francisco do Conde**. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 2006.

GeografAR. A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Comunidades Quilombolas na Bahia**. Salvador: UFBA / Projeto GeografAR, 2007 (*mimeo*).

_____. **Leitura Geográfica da Estrutura Fundiária do Estado da Bahia**. Banco de Dados. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2006. www.geografar.ufba.br, (acessada em 25 de junho de 2007).

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: SPOSATI, Aldaíza; SAWAIA, Bader Buriham; GONÇALVES, Carlos Walter Porto; et. Al. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Relatório Antropológico: Quilombo de São Francisco do Paraguçu**. INCRA/MDA: Salvador, 2007.

MORAES, Antônio Carlos Robert. COSTA, Wanderley Messias da. **A valorização do Espaço**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008[a]. (Coleção Milton Santos; 12)

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008[b]. (Coleção Milton Santos)

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SMITH, Adam. A Renda da Terra. In: SMITH, Adam. **A riqueza das nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

VANNUCCI, Marta. **Os Manguezais e Nós: Uma Síntese de Percepções**. Versão em português Denise Navas-Pereira. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.